**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÁS**

AUTO DE INFRAÇÃO: nº **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem por intermédio de seu procurador, com endereço ao rodapé da presente, apresentar

***IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA C/C NULIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS***

Conforme razões de fato a seguir:

**1.** **DA SÍNTESE FÁTICA**

Aduz o nobre fiscal da Receita Federal, em síntese de seu relatório, que supostamente a Impugnante teria segregado indevidamente receitas, no período de 12/2012 a 12/2014, no programa gerador do documento de arrecadação do simples nacional (PGDAS-D).

Pois bem, devidamente notificada dos autos em epígrafe, fora apresentada Impugnação a auto de infração lavrado, observando Direito de Defesa da parte requerida, devidamente digitalizada no dia 13/10/2017 pela servidora Dalila Borges de Oliveira, conforme verificamos pela certidão abaixo:

Ocorre que somente na presente data, para surpresa da empresa e deste causídico, vislumbra o discorrer processual, sem qualquer intimação deste patrono, a fim de dar conhecimento do resultado do julgamento da impugnação outrora apresentada.

Pois bem, no próprio recurso apresentado, foi solicitado por este patrono, a notificação do mesmo, a respeito dos andamentos processuais, sob pena de nulidade.

* 1. **Da Preliminar**

Todos os andamentos processuais administrativos, até a presente data, inclusive o julgamento da Impugnação apresentada se faz NULA, primeiramente para que a intimação por meio eletrônico seja valida, esta dependerá de autorização do sujeito passivo, autorização esta que não fora concedida, inclusive fora postulado a intimação através do patrono da empresa, assim dispõe a **Lei 11.196/2005 e Portaria SRF 259/2006 e 574/2009.**

No âmbito do processo administrativo federal abarcando as administrações diretas e indireta vigora a Lei nº 9.784/99 que incorpora em seu texto alguns dos princípios constitucionais, como os do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, o que faz com que suas normas tenham aplicação em todo o território nacional.

Dispõe em seu art. 26, § 3º que as intimações são feitas da seguinte forma:

“por ciência no processo; b) por via postal com aviso de recebimento; c) por telegrama ou outro meio qualquer que assegure a certeza de ciência do interessado.”

Desta forma, restou formalizado por este advogado o pedido de que TODAS AS INTIMAÇÕES, referentes ao respectivo auto/processual, fossem em nome do mesmo, o que não fora praticado, pela administração pública, tornando-se nulo, todo processo administrativo e seus atos oriundos do mesmo, como a própria inscrição da empresa na Dívida Ativa.

Prevê a Legislação vigente no arrt 142 do CTN:  
  
  
 Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.  
  
  
  
 Se faz totalmente nulo processo administrativo, qual não intime-se o advogado devidamente constituído, e requisitado a sua intimação dos andamentos do feito, nos autos da impugnação administrativa.

Em vista dos fatos acima alocados, torna-se primordial a declaração de nulidade dos atos processuais, após a apresentação da Impugnação, sendo assim, requer a intimação deste causídico de TODOS, os atos processuais doravante do presente processo, bem como a reabertura de prazo recursal para Recurso em sede do Acórdão Julgado por este ilustre Delegado Fisca.

Ainda por todo o exposto, requer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 III, CTN, dando-se a baixa na inscrição dos valores referentes a este processo na Dívida Ativa, bem como constando-se como negativa a certidão da dívida ativa pertinente a empresa aqui requerente.

**2. DO DIREITO**

**2.1. DO BIS IN IDEM**

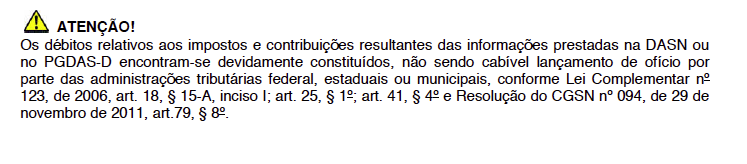
Como adiantado inicialmente, o recolhimento dos impostos tratados no Relatório Fiscal, se deram de ofício, razão pela qual, sua cobrança pelo auto de infração supra mencionado configura portanto bis in idem tributário.

Nesse passo, retira-se ainda do Relatório Fiscal elaborado o seguinte em seu penúltimo parágrafo:

“Desta forma foi realizado o lançamento de ofício dos referidos tributos.”

O próprio fiscal em seu relatório, confirmou o lançamento de ofício dos referentes tributos.

Assim o débito alegado pelo presente auto de infração já fora devidamente constituído não podendo ser novamente lançado de ofício por este ilustre fiscal.



Aliás, forçoso destacar a Lei Complementar 123, em seus artigos 12 e 13 Art. 12.  Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Parágrafo único.  [(VETADO)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Msg/VEP-589.htm).   [(Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art1)      [Produção de efeito](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm#art11)

Art. 13.  O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1o deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1o deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1o deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o [art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm#art22), exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1o  O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;

VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII - ICMS devido:

Neste sentido não há que se falar em novo recolhimento, sob pena de cometimento de bis in idem tributário.

Assim também não há que se proceder com qualquer tipo de representação fiscal para fins penais, uma vez que não há qualquer dolo existente na conduta da impugnante, uma vez que não faltou com a verdade e somente afirmou suas razões quais se fazem pertinentes a matéria, como ainda retira-se do relatório, que as informações “em tese falsas”, pois bem não existe crime em se arguir ponto de vista ou defesa de lançamento de crédito tributário.

O crime em matéria tributária como prevê a portaria da RFB, número 2.439 deve ficar demonstrado a partir da expressa confirmação de conduta ilícita e intencional, ademais prevê o CTN em seu artigo 112 que    Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

        I - à capitulação legal do fato;

        II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

        III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

        IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

Neste sentido não há que se falar em qualquer espécie contra a ordem tributária.

## [STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1050054 SP 2008/0083304-6 (STJ)](https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2071962/recurso-especial-resp-1050054-sp-2008-0083304-6)

Data de publicação: 07/11/2008

**Ementa: TRIBUTÁRIO** - IMPOSTO SOBRE A RENDA - VARIAÇÃO CAMBIAL - OTN'S - **BIS** **IN** **IDEM** - **VEDAÇÃO** - COMPATIBILIDADE DAS NORMAS - DECRETOS-LEI 2014/83 E 2029 /83. 1. Ocorre **bis** **in** **idem** quando sobre a mesma base de cálculo há dupla incidência da norma **tributária**. 2. O sistema **tributário** veda a dupla tributação, razão pela qual sobre a variação cambial incide imposto sobre a renda na fonte, no ato do resgate do título, ou no final do período tributado, no balanço do exercício, pelo excedente da correção monetária. Precedente: REsp 204.159/RJ., 1ª. Turma, rel. MINISTRO GARCIA VIEIRA. 3. Recurso especial não provido

***Bis in idem***, geralmente se entende a dupla tributação, por um mesmo ente federativo, de um determinado fato, seja mediante adicionais previstos de forma atécnica, seja por meio de tributos distintos. Daí diferenciá-lo da *bitributação*, caracterizada pela instituição de tributos idênticos por entes tributantes diversos.

Sem embargo, é válido conceber o *bis in idem* num sentido mais amplo, de dupla ou múltipla tributação de determinado fato ou de uma mesma manifestação de capacidade contributiva. Neste sentido, ele abrange as hipóteses de bitributação e também outras, de tributação sucessiva no tempo. Já na esfera sancionatória, onde é reconhecido como um princípio fundamental há muito tempo, pode ser compreendido como a proibição de dupla penalização de uma mesma conduta ilícita ou de dupla valoração de circunstância gravosa na fixação da sanção.

Seus fundamentos variam conforme o âmbito aplicativo considerado. Na esfera impositiva, decorre sobretudo dos princípios da dignidade da pessoa humana, da capacidade contributiva, da vedação do confisco e da igualdade, os quais proíbem pretensões tributárias injustas, quer por afetarem o mínimo vital dos cidadãos, quer por violarem o direito de propriedade ou por produzirem efeitos anti-isonômicos. Na esfera punitiva, deriva dos princípios constitucionais da legalidade, tipicidade e proporcionalidade.

Somente esse conceito *lato* é condizente com o significado do "postulado do *non bis in idem*", utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça como fundamento para afirmar a impossibilidade de se tributar duplamente qualquer imposto pelas competências subsequentes, desta monta impugna o presente auto de infração no sentido de que seja vislumbrada a descaracterização dos lançados presentes no mesmo por todo o exposto.

Bem por isso, deve ser declarada a suspensão do crédito tributário, nos termos do artigo 151, inciso III, do CTN, enquanto seja analisados as razões e fatos apresentados na presente impugnação.

**2.2 DAS MULTAS E DOS JUROS**  
  
  
 Já são várias as agruras sofridas pelas empresas nacionais devido à pesada carga tributária a elas imposta. Ademais, habitualmente as leis são confusas e obscuras, ou ainda são apenas mais uma bandeira da burocracia que destrói nosso País. Tal fato pode ser observado no tumulto legislativo ao qual estão submetidas as empresa nacionais.  
  
  
 Esta confusão tributária torna-se mais grave ainda no presente caso, visto a preliminar acima arguida, e aos valores que incidiriam sobre a obrigação principal, conforme demonstram as razões expostas.  
  
  
 O valor alocado pelas notificações e as multas impostas, são reveladores da integral incapacidade de pagamento, quer pelo patrimônio empresarial, quer pelo patrimônio pessoal, enfatizando a prática, vedada pela Constituição Federal, de ofensa aos direitos dos contribuintes e ainda, de defesa do consumidor.  
  
  
 O Art 150 da Constituição sedimenta o pretendido pela ora notificada, quando preconiza:  
  
  
Art. 150: Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
  
  
IV- Utilizar tributo com efeito de confisco  
  
  
 As multas exponenciadas por ambas as notificações, acrescidas aos supostos valores principais da obrigação, sofreram a incidência dos juros moratórios, criando assim uma capitalização indevida e um a onerosidade ilícita.  
  
  
 As multas, conforme legislação atualmente em vigor, somente poderiam ser de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido, e não no percentual que restou imposto a notificada, o qual não consta nos autos de infração.  
  
  
 Assim os autos de infração esbarram na inexistência de liame legislado entre os valores pretendidos e a exigência efetuada, devendo essa ausência de liame restar declarada judicialmente.  
  
  
 O Decreto nº 33.118 de 14 de março de 1991, determina:  
  
  
 "Artigo 630.  
  
  
 O imposto, quando não pago até o dia indicado na legislação, fica sujeito a juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração não capitalizáveis, que incidirão (Lei nº 6.374/89, artigo 96)."  
  
  
 O doutrinador Orlando de Pilla Filho , ao comentar o inserido no dispositivo legal, nos ensina:  
  
  
 "Decorre portanto, em havendo a mora, sujeitar-se o inadimplente à sanção referida, no entanto, respeitando-se os limites dos juros previstos pela legislação pátria, sobretudo a Carta Magna, satisfatoriamente ajustada à política social atual, conjuntamente e concomitantemente."   
  
  
 Outro não é o ensinamento de João Roberto Parizatto , quando doutrinou:  
  
  
 "A redução das multas moratórias de dez por cento para dois por cento, é medida tendente a adequar tal penalidade pelo atraso no pagamento de uma obrigação, à baixa inflação reinante no país."   
  
  
 Assim, em relação às multas, deve ser atendido o fato que a mesma apenas poderá incidir na quantia de 2% (dois por cento), conforme disposição legal:  
  
  
 "Lei nº 9.298, de 1º de agosto de 1996  
  
 Artigo 52. ... omissis ...  
  
 Parágrafo primeiro. As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação."  
  
  
 Aceita a imposição de tal penalidade que, ao ver da notificada, escapa a capacidade contributiva, quer da notificada, quer das empresas brasileiras, estar-se-ia no império de Luiz XV onde O Estado é o Rei, tudo podendo.  
  
  
 Os juros de mora, por sua vez, atingem o valor corrigido da obrigação tributária acrescida da multa, restando visível que foram praticados em excesso, dado que os juros convencionais das penalidades brasileiras, conforme é disposto pelo Código Tributário Nacional, é de 1% (um por cento) ao mês.  
  
  
 E ainda, neste mesmo sentido, o Decreto nº 33.118 de 14 de março de 1991, determina:  
  
  
 Artigo 630  
  
 O imposto, quando não pago até o dia indicado na legislação, fica sujeito a juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração não capitalizáveis, que incidirão (Lei nº 6.374/89, artigo 96)  
  
  
 O doutrinador Orlando de Pilla Filho , ao comentar o inserido no dispositivo legal, nos ensina:  
  
  
 "Decorre portanto, em havendo a mora, sujeitar-se o inadimplente à sanção referida, no entanto, respeitando-se os limites dos juros previstos pela legislação pátria, sobretudo a Carta Magna, satisfatoriamente ajustada à política social atual, conjuntamente e concomitantemente."   
  
  
 A onerosidade atribuída ao débito é facilmente verificada quando da análise das planilhas aqui anexadas, nas quais o tributo devido pela notificada foi corrigido de acordo com os índices preconizados em lei, somando-se ao total corrigido com juros, as multas pela infração, expurgando assim a capitalização e a cascata financeira.  
  
  
 Afinal, o sistema tributário, apesar do gigantismo, ineficiência e inoperância do Estado, não pode penalizar o contribuinte por tal, restando infratora do Direito as penalidades intentadas, seja multa, seja juros extremamente onerosos e contrários aos critérios legais. A vedação existente quanto à capitalização é norma erga omnes, não podendo o Estado utilizar-se de sua posição privilegiada para obter vantagens ilícitas:  
  
  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 51570, PUBLICADO NO DJU Nº 174, SEÇÃO 2, PÁGINA 50245 DE 12/09/94.   
  
"EXECUÇÃO FISCAL. JUROS CAPITALIZADOS. IMPOSSIBILIDADE.  
  
Ao ser convertido o valor da dívida em UFIR, incluindo-se os juros e multas, não há que se falar na cobrança dos mesmos, posto que acarretaria na incidência de juros sobre juros.  
  
APELO IMPROVIDO."  
  
  
 Não sendo permitida a capitalização na execução fiscal, também não é permitida nos autos de infração, que posteriormente poderão ser inscritos em dívida ativa e fundamentar procedimento executório fiscal.  
  
  
 Poder-se-ia até refugiar-se nas Leis e Decretos produzidos pelo próprio interessado, esquecendo-se do conceito de que LEI para ter VALIA, precisa e deve ser LEGAL, MORAL e CONSTITUCIONAL.  
  
  
 Leis por Leis, já tivemos o Código de Hamurabi, que ordenava a morte dos nascidos monstruosos e da decapitação dos Eunucos, a Lei da Derrama, esta fiscal e arrecadatária e que, ao final, provocou o grito de Independência ou Morte, e no Brasil, a retenção dos cruzados, para diminuir a inflação, o Finsocial e a que permitiu a renovação da casa da DINDA.  
  
  
 Assim, a penalidade da multa, se mantida a notificação, o que, vistas as provas anexadas, entendemos não viável, precisa e deve ser reduzida aos parâmetros legais e convencionais.  
  
  
Para tal, legisla o Art. 96 do CTN:  
  
  
"Artigo 96.  
  
 A expressão 'legislação tributária' compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes."  
  
 A Constituição Brasileira fundamenta-se (artigo 1º) na cidadania, dignidade da pessoa, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e na construção de uma sociedade livre, justa e solidária fatos que são negados pela penalidade exponenciada pelas notificações.

Se todos são iguais perante a lei, e a sociedade deve ser justa, livre e solidária, e jamais poderá sê-lo se as leis impositivas serem inconstitucionais, quando impõem juros de 100% (cem por cento) do valor corrigido da obrigação e quando o próprio fiscalizante participa de tal acontecimento, ficando patente a imposição tributária.

Assim, estas penalidades, multa e juros, se mantidos, deverão serem reduzidos ao suportável pela capacidade contributiva, esvaziando os contribuintes e locupletando o Estado, moderna HIDRA.

Existindo cobrança a maior, os autos de infração perdem os requisitos da liquidez e certeza, necessários para a configuração da obrigação tributária passível de cobrança, e restando impossível a manutenção dos gravames, devendo estes seguirem ao arquivo administrativo da repartição fazendária.

Em caso de entendimento contrário, mister se faz a elaboração de nova planilha contábil, expurgando-se a capitalização, reduzindo as multas e os juros incidentes sobre o valor principal aos índices preconizados em lei, primando pela observância dos dispositivos legais e conferindo à notificada a mais perfeita JUSTIÇA!

Apoiado em todo o exposto e nas provas documentais acostadas ao procedimento, permite-se a notificada, na exata forma processual administrativa,

**3. DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, REQUER:

**3.1 –** Seja acolhida a preliminar arguida anulando o presente auto de infração;

**3.2.** Caso não seja ainda o entendimento deste douto relator, seja concedido prazo para auditoria fiscal contábil a fim de se produzir provas para julgamento do presente, sob pena de cerceamento de defesa**;**

**3.3.** No mérito, seja julgada procedente a impugnação, entendendo pelo já recolhimento dos impostos tratados no auto de infração sob pena de cometimento de bis in idem;

**3.4.** Ao fim caso não seja de todo os pedidos acima pretendidos e acatados, seja revisto os valores pertinentes a multa e correção monetária;

**3.5.** Pugna pelo deferimento de todos os tipos de prova arguidos e necessários a presente;

**3.6.** Por fim, que todas as intimações doravante expedidas sejam endereçadas, invariavelmente, ao advogado que esta subscreve.

Dá-se à causa o valor de **R$ 497.647,84 (quatrocentos e noventa e sete mil seiscentos e quareta e sete reais e oitenta e quatro centavos.**

Termos em que,

Pede deferimento.

Goiânia, 12 de outubro de 2017.

***MANOEL PEREIRA MACHADO NETO***

***OAB GO 42382***